



VIVER OU MORRER?

A Pena de Morte, ou Pena Capital, foi aplicada no Brasil pela última vez em 1876, mas ainda hoje divide opiniões entre a população brasileira. Segundo uma pesquisa feita pelo Instituto Datafolha, entre 1991 e 2008, o número de pessoas a favor da pena de morte é superior ao número de pessoas contra em todos os anos. Hoje, apenas alguns países utilizam essa forma de punição.

Julgar se uma pessoa deve ou não ser punida com a morte não é uma tarefa fácil. O risco de se condenar um indivíduo inocente é muito grande. Acredito que a implantação da pena de morte não resolveria o problema da violência no Brasil, uma vez que não existe a comprovação da diminuição do número de crimes nos países que a utilizam.

A pena de morte poderia ser aplicada somente para pessoas que passassem por um processo psicológico e fossem classificadas como psicopatas, já que poderia ser uma ameaça à sociedade, por ser uma doença incurável. As pessoas que não apresentam problemas psicológicos podem se recuperar por meio do sistema penitenciário, que não estaria preparado para aplicar a pena de morte em todos os indivíduos que fossem condenados a ela, se a pena fosse aprovada.

Quando escutamos que a maioria da população brasileira é a favor da pena de morte, devemos levar em consideração a época em que a pesquisa foi feita. Quando acontecem crimes como o da Isabela Nardoni ou o de João Hélio, por exemplo, as pessoas tendem a agir com o emocional e condenar o acusado antes de refletir melhor sobre a situação que ocorreu.

É preciso ter cautela antes de defender uma opinião. Julgar se o criminoso merece ou não a punição na forma de morte, pode ser interpretado por várias pessoas e, principalmente, de inúmeras maneiras. Talvez se as pessoas se aprofundassem mais no assunto, entenderiam que nem sempre o criminoso precisa morrer para pagar pelo que ele fez.

Taiana Ojeda Schwarz
3º ano / Itajaí
2021